



Exigência dos níveis diferenciados de governança corporativa: Uma análise das instituições financeiras

Demand of the differentiated levels of corporative governance: An analysis of the financial institutions

Bruno Henrique Figueiredo Rolim¹, Ana Flávia Albuquerque Ventura², Gilcivan dos Santos Pereira³ & Raul Ventura Júnior⁴

Resumo: O objeto deste artigo foi verificar se as instituições financeiras estão cumprindo as exigências dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Utilizou-se uma metodologia de levantamento dos formulários de referência das instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA, onde a amostra da pesquisa equivale a X instituições financeiras, sendo 1 Novo Mercado, 7 Nível 1 e 6 Nível 2. Logo, foi possível identificar como as instituições financeiras tem se comportado diante das exigências dos níveis diferenciados de Novo Mercado, Nível 1 e Nível2. Após o levantamento de dados neste trabalho, observa-se que no Nível de Novo Mercado apenas a Instituição Banco do Brasil está inserida no mesmo. Enquanto que no Nível 1 foi possível identificar 7 instituições financeiras e no Nível 2 encontram-se 6 instituições. Como resultados principais, foi possível entender que as instituições não se adequam e não atendem, em sua totalidade, fielmente aos requisitos delineados pelas exigências dos níveis diferenciados de Governança Corporativa, já que algumas deixam de observar pontuações específicas estabelecidas.

Palavras-chave: *Governança corporativa; Instituições financeiras; Níveis diferenciados.*

Abstract: The object of this article checked if the financial institutions are carrying out the demands of the Differentiated Levels of Corporative Government. There was used a methodology of lifting of the forms of reference of the financial institutions listed in BM&FBOVESPA, where the sample of the inquiry is equal to X financial institutions, being a 1 New Market, 7 Level 1 and 6 Level 2. Soon, it was possible to identify like the financial institutions has if held before the demands of the differentiated levels of New Market, Level 1 and Nível2. After the lifting data in this work, one notices that in the Level of New Market only the Institution Bank of Brazil is inserted in the same thing. Whereas in the Level 1 was possible to identify 7 financial institutions and in the Level 2 are 6 institutions. As main results, it was possible to understand what the institutions do not adapt, and they do not pay attention, in its entirety, loyally to the requisites outlined by the demands of the differentiated levels of Corporative Government, since they leave anyone of observing established specific punctuations.

Keywords: *Corporative governance; Financial institutions; Differentiated levels.*

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 03/10/2017; aprovado em 30/06/2019

¹Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande;

²Mestra em Ciências Contábeis, Professora da Universidade Federal de Campina Grande, ana.flavia@ufcg.edu.br; *

³Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande;

⁴Mestre em Ciências Contábeis, Professor da Universidade Federal de Campina Grande, rjventura@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A governança corporativa é um dos mais novos e importantes pilares da arquitetura econômica global, possuindo três dimensões: a econômica, a ambiental e a social (DALFIOR, SOUZA, OLIVEIRA, 2007). Com afirmações de razões macro e microeconômicas, a Governança Corporativa possui fundamentos sólidos, que se definem a partir de princípios éticos aplicados na condução dos negócios e que regem uma boa governança e como toda ciência, as finanças corporativas incorporam em seu escopo as grandes evoluções do mundo contemporâneo, em que a competição empresarial está caracterizada pelo dinamismo do mercado e pela disputa por consumidores. Nesse sentido, ressalta-se a importância da governança corporativa e das exigências dos diferentes níveis dessa governança.

Sabe-se que com o avanço da globalização e o desenvolvimento do mercado de capitais, a governança corporativa tem sido tomada por empresas das mais variadas especificidades financeiras, bem como as instituições bancárias que tem buscado esse mecanismo para melhorar em vários aspectos, como possibilitar a facilidade da captação de recursos e o custo de capital, já que as empresas atraem os investidores com as práticas de boa governança. A esse respeito, é fato que as instituições financeiras exercem forte influência para a economia de um país, sendo o sistema financeiro fundamental para que estas instituições mantenham um nível organizacional que venha a se adequar as exigências dos mercados de capital.

Diante disso, torna-se relevante desenvolver um estudo que busque sustentar a assertiva de que as instituições financeiras contribuem para o crescimento econômico de um país, partindo do contexto de como tais instituições se enquadram no mercado financeiro adotando a governança corporativa para melhor gerir seus serviços, tanto no âmbito interno, como externo. E nesse processo, a governança corporativa tem se estabelecido como um sistema fortalecedor destas relações, tendo em vista que as entidades sentem necessidade de implementar essa governança dentro de sua estrutura para possuir um bom desempenho em suas instituições financeiras. Tendo em vista esse contexto o problema deste estudo é: Será que as instituições financeiras estão cumprindo as exigências impostas para que elas façam parte, voluntariamente, dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa.

Para tanto, o objetivo geral deste estudo é verificar se as instituições financeiras estão cumprindo as exigências dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A governança corporativa tem se tornado ao longo do processo de globalização um dos objetos mais estudados e difundidos, tanto em âmbito nacional como internacional, uma vez que se torna relevante para

as organizações prover o efetivo reconhecimento dos fatores essenciais desse processo, como mecanismo de aceleração do seu capital.

Podemos compreender que a governança corporativa são mecanismos cujas finalidades estão voltadas para as tomadas de decisões das corporações de maneira que se tornem maximizadoras e estejam sempre buscando a geração de valor, seja de longo ou curto prazo para os negócios de uma empresa/instituições. Por meio destes mecanismos de governança os conflitos de interesses, as limitações técnicas e individuais, poderão ser minimizados, fazendo-se, portanto, é de suma importância que as empresas busquem a governança corporativa.

Sobre esse prisma, Oliveira (2006) afirma que a Governança Corporativa traz seus mecanismos uma gama de práticas administrativas a partir das quais é possível otimizar os serviços, os produtos e os negócios de uma empresa, favorecendo assim o seu desempenho, tendo em vista que, trata-se de um meio de proteger a empresa e promover a igualdade nas relações entre os seus acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governo. A GC é um sistema facilitador às informações básicas, já que possibilita o acesso mais íntegro as informações, assim como, também é um modelo de gestão consistente para as organizações.

A BM&FBovespa identifica quatro importantes níveis de classificação para práticas de governança corporativa adotadas: **Novo Mercado; Nível 1; Nível 2 e Bovespa Mais. Por meio destes níveis de governança as empresas contam com a ajuda destes índices para atrair os seus investidores, tendo em vista que estes níveis ajudam à diferenciar as empresas que estão alinhadas com as práticas mais modernas e transparentes de respeito aos acionistas minoritários. Cada um destes níveis tem exigências diferentes, exigindo sempre mais do que a lei brasileira já obriga (Lei das SAs) e a adesão é sempre voluntária por parte da empresa.**

Com a criação dos níveis diferenciados de governança corporativa as empresas ou instituições poderiam optar por agregar um dos níveis de forma voluntária. Dentre os vários pontos já citados, a BM&FBovespa teve como premissas as exigências do mercado para com as empresas, e a maior proteção, a maior presença do investidor minoritário no mercado (ANDRADE e ROSSETTI, 2011).

As exigências das empresas para se listarem no nível 1: *Free-float*; Informações adicionais; Dispersão; Partes beneficiárias; *Disclosure*; Subsídios para análise; Posições acionárias; Acordos de acionistas; *Stock options*; Negócios com ações; Reunião pública; Calendário anual; e Sanções. Além desses compromissos listados pelo nível 1, ainda possuem outros requisitos para o nível 2: Padrões internacionais; *Tag along*; Direito de voto; Fechamento do capital; Controle difuso; Conselho de administração; e Arbitragem (ANDRADE e ROSSETTI, 2011).

Como requisito para adesão ao Novo Mercado, são acrescentados do nível 2: Apenas ações ordinárias – onde a empresa deve ter e emitir com exclusividade ações ordinárias, e o acionista terá o direito ao voto;

Tag along – ao vender o controle acionário, o comprador irá estender a oferta de compra a todos os acionistas, garantindo o mesmo tratamento dado ao grupo controlador (ANDRADE e ROSSETTI, 2011).

É necessário então, que se possam conceber um modelo de governança corporativa que desfragmente as ações isoladas, tendo em vista que, os bancos que são bem governados tornam-se mais eficientes no seu processo decisório, na execução de suas tarefas, fatores esses de fundamental importância.

Sendo assim, nota-se que os bancos tem uma grande importância dentro do desenvolvimento econômico de uma nação por conta de que as atividades por estes desempenhadas se constituem como uma indústria universal regulamentada, enquanto que, os bancos nesse cenário recebe o aval dos governos para manter-se funcionando. Desta feita, sobre essa ótica, é indispensável para os bancos, manterem um sistema de governança corporativa.

Ainda neste contexto, a existência de um sistema regulador da operacionalização bancária tem um impacto fundamental no sistema de governança corporativa dos bancos, em virtude desta compreender a exigências de capital, a necessidade da informação e do monitoramento das políticas de empréstimos e provisão, com fins de poder assegurar a solidez deste sistema bancário.

O sistema de governança é um fator favorável para as contribuições que determinam as implementações financeiras as quais desdenharam o processo de estimulação no que concerne para as reformulações socioeconômicas das prerrogativas que advém da execução fiel de um sistema que propicie melhores rendimentos e estabelecimento de normatizações nas execuções destas tarefas.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo descrever características de uma determinada população que no caso serão as instituições financeiras que adotaram as práticas da Governança Corporativa. No tocante a natureza a pesquisa se classifica com descritiva e documental por ser uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas. A análise documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Quanto à forma de abordagem a pesquisa foi qualitativa com base na definição da amostra pelas Empresas listadas na BM&FBOVESPA, conforme distribuição das instituições por segmento de listagem. Além destes instrumentos, buscou-se também informações junto ao banco de dados da Bovespa, onde foi possível encontrar os diferenciados níveis de GC, tais como Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, bem como as empresas que aderiram a cada um deste níveis, conforme quadro abaixo.

QUADRO 1: Níveis Diferenciados e respectivas instituições financeiras

NÍVEIS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
Novo Mercado	Banco do Brasil;
Nível 1	Banco Bradesco, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Industrial e Comercial, Banco Panamericano S/A, Itaú Unibanco Holding S/A, Itaúsa Investimentos Itaú S/A e Banco do Estado do Paraná S/A;
Nível 2	Banco ABC Brasil S/A, Banco Daycolval S/A, Banco Indusval S/A, Banco Santander Brasil S/A, Banco Pine S/A e Banco Sofisa S/A.

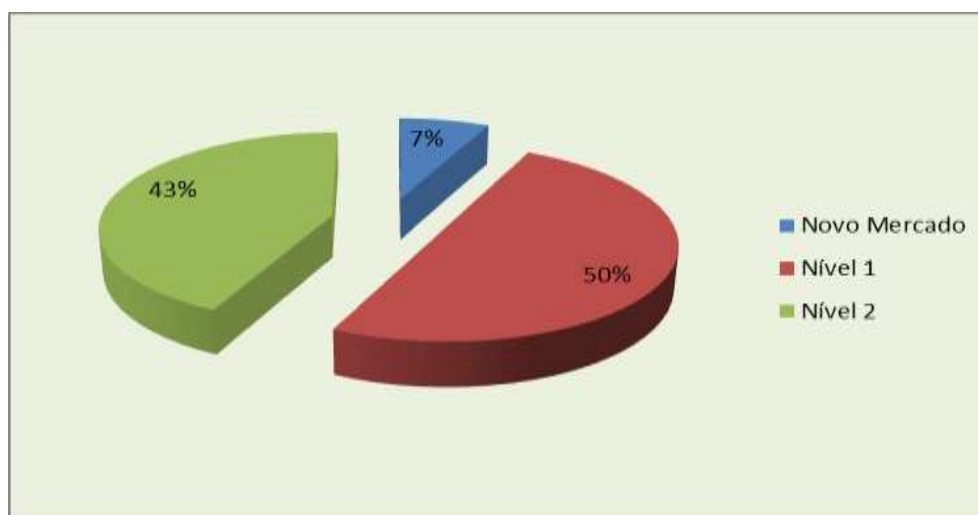
FONTE: BM&BOVESPA (2013).

Com relação à pesquisa das características de adequação das instituições nos seus respectivos níveis de Governança Corporativa, serão realizadas pontuações de alguns indicadores, de acordo com as alternativas marcadas (SIM, NÃO e PARCIALMENTE), com o intuito de verificar se as instituições estão cumprindo, integralmente, parcialmente ou não com as exigências dos níveis diferenciados de governança corporativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a exposição do gráfico 1, o nível com maior número de instituição é o Nível 1, com 50%, equivalendo a 7 instituições. Logo em seguida vem o Nível 2, com um total de 6 instituições representando 43% e por último o Novo Mercado com apenas 7%, num total de apenas 1 instituição financeira.

FIGURA 1: Distribuição das instituições financeiras pesquisadas quanto ao nível de governança a que pertence.



FONTE: BM&FBOVESPA (2013).

O primeiro segmento é o Novo Mercado. Neste, apenas o Banco do Brasil se encontra inserido. O quadro 2, a seguir, demonstra que o Banco do Brasil tem se inserido com ênfase as exigências do segmento de listagem Novo Mercado, já que a pesquisa suscita essa ideia de dever cumprido. Alguns princípios fundamentais são alocados como fatores indispensáveis para uma boa governança, princípios estes que são norteadores do bom funcionamento das empresas e outras organizações, tendo em vista que lhes propiciam uma maior credibilidade e uma maior agregação de valores. Segundo informes do IBGC (2010) o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, respalda-se nos seguintes princípios: transparência (*disclosure*), equidade (*fairness*), prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (*compliance*).

Neste contexto, o Banco do Brasil tem apresentado estas características, uma vez que, no que concerne à transparência, o código menciona que mais do que "a obrigação de informar", a administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente, quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança tanto internamente como nas relações da empresa com terceiros. A comunicação quando não restrita, mas de forma abrangente, proporciona um favorecimento econômico e financeiro, a partir do momento em que os fatores que norteiam a ação empresarial e que resultam na criação de valores devem ser contemplados pela comunicação

Sobre essa ótica, Álvares *et al.* (2008) acrescenta que a imagem e a reputação da empresa estão intimamente ligadas à maneira como ela se relaciona com os diversos públicos estratégicos. Da mesma forma, os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos. A equidade caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores.

QUADRO 2: Demonstrativo da adequação do Banco do Brasil às características do segmento de listagem Novo Mercado.

CARACTERÍSTICA DO SEGMENTO DE LISTAGEM NOVO MERCADO	SIM	NÃO	PARCIAL
Características das Ações Emitidas:	X		
O Percentual mínimo de ações em circulação(<i>free float</i>):	X		
Distribuição pública de ações:			X
Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011):			X
Composição do Conselho de Administração:	X		
Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011):			X
Obrigação do Conselho de Administração (a partir de 10/05/2011):	X		
Demonstrações financeiras	X		
Reunião Pública anual e calendário de eventos corporativos	X		

Divulgação acional de informações (a partir de 10/05/2011)	X		
Concessão de <i>Tag Along</i>	X		
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico			X
Adesão à câmara de arbitragem do mercado			X

FONTE: BM&FBOVESPA (2013).

O Quadro 3, a seguir, revela que todas as empresas listadas no Nível 2 de GC estão adequadas as características das ações emitidas; a vedação à disposições estatutárias e a composição do Conselho Administrativo. Os demais itens há um equilíbrio entre cumprir totalmente e cumprir parcialmente com as normas exigidas neste nível. Chama-nos a atenção o fato de que todas as empresas listadas não aderem a concessão de *Tag Along* . ou seja, elas não estão cumprindo.

De acordo com os dados da tabela fornecida pela BOVESPA (2011) em relação às características as quais as instituições devem se adequar, diferentemente do que acontece no Novo Mercado, as companhias do Nível 2 podem ter ações preferenciais na sua estrutura de capital, mas devem contemplar regras de transparência e de dispersão acionária, bem como o equilíbrio de direitos entre acionistas controladores e minoritários, respeitando ainda as exigências do Nível 1.

QUADRO 3: Demonstrativo das instituições financeiras quanto à adequação às características do segmento de listagem Nível 2.

CARACTERÍSTICA DO SEGMENTO DE LISTAGEM NÍVEL 2	SIM	NÃO	PARCIAL
Características das Ações Emitidas:	6	-	-
O Percentual mínimo de ações em circulação (<i>free float</i>):	3	2	1
Distribuição pública de ações:	1	-	5
Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011):	6	-	0
Composição do Conselho de Administração:	6	-	-
Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011):	3	-	3
Obrigações do Conselho de Administração (a partir de 10/05/2011):	2	1	3
Demonstrações financeiras	3	2	1
Reunião Pública anual e calendário de eventos corporativos	1	2	3
Divulgação acional de informações (a partir de 10/05/2011)	4	-	2
Concessão de <i>Tag Along</i>	-	-	6
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	-	4	2
Adesão à câmara de arbitragem do mercado	5	-	1

FONTE: Segmento de Listagens da BOVESPA (2013).

No Quadro 4, a seguir, estão ilustradas as adequações das instituições financeiras em relação às características do segmento de listagem do Nível 1. As empresas listadas no Nível 1 de GC demonstram para as características enumeradas 1 e 5 (Características das Ações Emitidas e Composição do Conselho de Administração) que há uma adequação total por parte de todas as empresas. Já nas pontuações 4, 11 e 13 (Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011); Concessão de *Tag Along* e Adesão à câmara de arbitragem do mercado) apenas 6 instituições cumprem com as exigências desse segmento de listagem.

Na pontuação 6 (Vedação à acumulação de cargos a partir de 10/05/2011), a exceção de duas empresas, as demais se enquadram nas adequações necessárias exigidas. As inadequações mais visíveis ficam para as características pontuadas 3 e 9 (Distribuição pública de ações e Reunião Pública anual e calendário de eventos corporativos), onde a maioria das instituições seguem parcialmente as adequações em relação as características desse segmento de listagem.

As empresas que não seguem as exigências pautadas nas características acima aludidas, não estão sendo efetivas com a prática de Governança Corporativa, uma vez que, necessário se faz que todos os itens de exigências sejam seguidos integralmente.

QUADRO 4: Demonstrativo das instituições financeiras quanto à adequação às características do segmento de listagem Nível 1.

CARACTERISTICA DO SEGMENTO DE LISTAGEM NÍVEL 1	SIM	NÃO	PARCIAL
1. Características das Ações Emitidas:	7	-	-
2. O Percentual mínimo de ações em circulação (<i>free float</i>):	4	1	2
3. Distribuição pública de ações:	2	-	5
4. Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011):	6	-	1
5. Composição do Conselho de Administração:	7	-	-
6. Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011):	5	-	2
7. Obrigação do Conselho de Administração (a partir de 10/05/2011):	4		3
8. Demonstrações financeiras	4	1	2
9. Reunião Pública anual e calendário de eventos corporativos	2	1	4
10. Divulgação acional de informações (a partir de 10/05/2011)	6	-	1
11. Concessão de <i>Tag Along</i>	-	-	7
12. Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	-	4	3
13. Adesão à câmara de arbitragem do mercado	6	-	1

FONTE: Segmentos de listagens da BOVESPA (2013).

Nos reportando às instituições listadas no Nível 1, é possível asseverar ser de grande importância que estas possam compreender a necessidade do seu comprometimento para com as normas preconizadas

pela BM&FBovespa, especialmente, no que concerne em relação às melhorias de suas informações perante o mercado.

Estas informações representam a válvula condutora de todo o processo de fidelização, de transparência, de equidade, tanto para com os seus acionistas majoritários como para os minoritários. Através de informações comprometidas com a transparência e voltadas para o mercado e com a dispersão acionária, certamente as instituições só tenderão a desenvolver-se cada vez mais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, refere-se ao fato de que as empresas listadas nesse segmento oferecem aos seus investidores melhores práticas de Governança Corporativa, maior transparência e acessibilidade às informações das companhias, com maior qualidade, proporcionando um acompanhamento eficaz, conferindo maior credibilidade e aumento da confiança ao mercado acionário, fazendo com que os investidores sintam-se mais atraídos pelas ações e se disponham a pagar mais por elas.

CONCLUSÕES

O presente trabalho, cujo objetivo da pesquisa procurou verificar se as instituições financeiras estão cumprindo as exigências dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, possibilitou concluir que o segmento de listagem da Governança Corporativa trata de um sistema ao qual se busca dinamizar as questões financeiro-administrativas das instituições que estão inseridas, cada qual, no seu respectivo nível. É importante ressaltar que a adesão por parte das instituições acontece voluntariamente, o que significa dizer que as mesmas têm a liberdade de escolher se querem ou não participar deste sistema.

É salutar destacar que a adoção de práticas de Governança Corporativa por empresas e/ou instituições financeiras, base do nosso estudo, certamente, estarão primando pelo melhoramento na qualidade do seu processo decisório da alta gestão, sendo necessário a distinção dos papéis a serem exercidos por cada um, como o papel que os acionistas devem representar, o papel dos conselheiros e o papel dos executivos.

Neste contexto, haverá como consequência da organização o aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho e recompensa dos executivos, diminuição da probabilidade de ocorrência de fraudes e corrupção dado o aumento da transparência e prestação de contas, maior institucionalização e melhor imagem da companhia, além da redução no custo de capital. Além de que um sistema de governança corporativa eficiente pode gerar um conjunto de benefícios internos que melhoram as perspectivas de fluxo de caixa da companhia.

Por tudo o que foi elencado neste estudo, principalmente, nos resultados da pesquisa, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, a partir do momento que foi possível vislumbrar de

que maneira as instituições financeiras, listadas nos níveis diferenciados, se comportam mediante as exigências deste sistema de Governança Corporativa. Esse comportamento das instituições, conforme resultados apurados, demonstram que as mesmas precisam manter um melhor posicionamento no tocante a seguir todos os preceitos listados pelas características de adequação, já que, foi possível observar que nem todos os itens são seguidos na sua íntegra e que algumas sequer cumprem parte deles, o que nos possibilita compreender que mesmo incorporadas neste sistema, não aderem integralmente ao que o sistema propõe, fragilizando assim essa participação.

REFERÊNCIAS

- [1] ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- [2] BOVESPA. Câmara de Arbitragem do Mercado. São Paulo: BOVESPA, s.d.b, 2008, 36p.
_____. Níveis diferenciados de governança corporativa. Versão posterior à Lei 10.303 Nova Lei das S.A.s e ICVM 358. São Paulo: BOVESPA, s.da, 2011 36p
- [3] BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- [4] CARVALHO, Antonio Gledson de. Governança Corporativa no Brasil em Perspectiva. In: Revista de Administração. São Paulo. v. 37, n. 3, p. 19-32, julho/setembro de 2011.
- [5] DALFIOR, Vanda Aparecida de Oliveira; OLIVEIRA, Vânia das Graças Rocha Simões; SOUZA, Carlos Alberto de. Adoção de Práticas de Governança Corporativa e Análise Econômico-Financeira em Bancos. RBC - Revista Brasileira de Contabilidade. ANO XXXVI Nº 167. Setembro/Outubro de 2007.
- [6] GARCIA, Felix Arthur. Governança Corporativa. Monografia (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- [7] IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Site do IBGC, 2006. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 14 ago. 2013.

[8] SILVA, André Luiz Carvalhal da. Governança Corporativa e sucesso empresarial: Melhores práticas para aumentar o valor de firma. – São Paulo: Saraiva, 2006.